

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros: entre a educação universitária e o mercado de trabalho

Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo



ELIZA BACHEGA CASADEI¹
MÁRCIA FURTADO AVANZA²

RESUMO

A partir de um questionário aplicado a alunos de Jornalismo, a pesquisa visa mapear como esses estudantes se posicionam em relação aos valores formadores da cultura e da ética profissional, bem como avaliar quais são as práticas profissionais consideradas validadas ou não por eles. Foi feito um cruzamento de dados entre os estudantes dos primeiros e dos últimos anos, entre os alunos do sexo feminino e masculino, entre os que já atuam no mercado de trabalho e os que ainda não exercem a atividade profissional e entre os estudantes de diferentes posicionamentos políticos. Isso permitiu observar quais são as mudanças de valores que os estudantes passam ao longo do curso, além de uma medição dos fatores de influência em relação às diversas esferas de sociabilidade. Dentre os cruzamentos, a maior amplitude das diferenças de respostas foi obtida entre alunos que já trabalham e os que ainda não, o que nos leva a repensar o papel da tríade ensino-pesquisa-extensão nas faculdades de Jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura profissional. Valores. Ética. Ensino.

¹ Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e professora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FAAC-Unesp). Mestre em Ciências da Comunicação e bacharel em Jornalismo pela ECA-USP. Email: elizacasadei@yahoo.com.br.

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), diretora e docente do FIAM-FAAM – Centro Universitário. Possui graduação em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação Social Hélio Alonso (FACHA-RJ) e mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. E-mail: marcia.avanza@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

No modelo curricular da UNESCO para o ensino de Jornalismo aprovado em 2010, a questão da ética profissional é colocada em destaque e definida nos seguintes termos: “os jornalistas devem ser conhecedores dos pressupostos éticos, ao fazer escolhas e tomar decisões em seu trabalho”, acrescentando que as considerações éticas devem “ser fundadas na própria filosofia moral do jornalista e no entendimento sobre os seus direitos e responsabilidades como resultado de sua consciência do papel que a profissão exerce na democracia, assim como a necessidade de ser preciso, justo e equilibrado na cobertura e na redação da matéria”.

Tal definição é interessante porque não se limita a uma descrição simplista de ética, mas sim, coloca-a no entrecruzamento entre uma cultura profissional e seu sistema de valores, um conjunto de práticas e decisões cotidianas e um modo específico de escrita vinculado à prática jornalística. É através desses três eixos que podemos verificar uma relação vívida da ética com a atuação profissional.

A partir desses pressupostos, a presente pesquisa visa mapear como os estudantes brasileiros de uma instituição de ensino superior privada (FIAM-FAAM – Centro Universitário, de São Paulo) se posicionam em relação a estes três eixos definidores da ética profissional.

A pesquisa empírica, realizada a partir de um questionário composto por questões quantitativas e qualitativas, foi respondida por 169 alunos do FIAM-FAAM – Centro Universitário e mostra alguns aspectos da cultura profissional compartilhada por esses estudantes, bem como as práticas profissionais que eles consideram validadas ou não. A proposta deste projeto, que se insere na pesquisa transnacional *Journalism Student Project*, e conta com a participação de outras instituições de ensino superior do país (como UnB, UFRJ, UFRN e UNIPAMPA), é compreender a cultura profissional dos estudantes de Jornalismo brasileiros.

No primeiro eixo de perguntas, concernentes à cultura profissional compartilhada pelos estudantes de Jornalismo entrevistados, foi possível mapear as razões da escolha pela carreira de jornalista, bem como o impacto de seus fatores de atração – que foram divididos entre fatores objetivos (salário e

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros:

entre a educação universitária e o mercado de trabalho

benefícios) e subjetivos (contribuições à sociedade e prestígio social). Também foi possível mapear aspectos deontológicos que mostram um compartilhamento de alguns valores.

Já no que diz respeito ao eixo das práticas cotidianas da profissão, segundo eixo de investigação, pudemos mapear quais são os procedimentos de apuração que são considerados válidos ou não por esses estudantes, tais como “o pagamento de pessoas para obtenção de informação”, “a utilização de documentos oficiais sem autorização”, “o sigilo da fonte” e a “utilização de microfones e câmeras ocultas”.

Por fim, em relação ao terceiro eixo, foi possível estabelecer as fontes consideradas válidas de informação, bem como os problemas e as dificuldades percebidas por esses estudantes em relação ao exercício da profissão.

Entre os vários entrecruzamentos que podem ser delineados a partir dos dados obtidos, nós iremos empreender uma comparação entre os valores éticos dos estudantes de Jornalismo nos seguintes eixos: (1) entre os estudantes dos primeiros e dos últimos anos; (2) entre os alunos do sexo feminino e do sexo masculino; (3) entre os estudantes que já atuam no mercado de trabalho em comunicação e os que ainda não exercem a atividade profissional; (4) entre os estudantes de diferentes posicionamentos políticos.

Isso permitirá observar quais são as mudanças de valores que os estudantes passam ao longo do curso, além de permitir uma medição de fatores de influência externa em relação às diversas esferas de sociabilidade profissional.

A partir da pesquisa foi possível notar que o jornalismo é visto por esses alunos enquanto profissão, de forma que os benefícios tangíveis da carreira ganharam primazia em suas repostas em relação aos aspectos socialmente relevantes da prática jornalística. Também foi possível mapear como as diferentes esferas de sociabilidade atuam na formação desses valores, de forma que é possível delinear, através desses números, alguns processos mais amplos do que a escola na formação dos valores de uma profissão. Dentre os cruzamentos, a maior amplitude das diferenças de repostas foi obtida entre alunos que já trabalham e os que ainda não, o que nos leva a repensar o papel

da tríade ensino-pesquisa-extensão nas faculdades de Jornalismo, conforme mostraremos a seguir.

Se tomarmos como pressuposto o fato de que as modificações na produção noticiosa dependem, em última instância, de rearticulações da cultura profissional no que concerne aos valores e padrões de julgamento reconhecidos pelo grupo dos jornalistas, esses dados podem nos revelar algumas áreas que podem ser trabalhadas didaticamente junto aos alunos de graduação em Jornalismo para uma rearticulação ou reafirmação de valores em voga, a partir de um processo de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2 A FORMAÇÃO DOS VALORES PROFISSIONAIS

Como nos lembra Certeau (2011, p. 49), a distinção entre as narrativas ficcionais – enquanto “discursos que dão forma ao real, sem qualquer pretensão de representá-lo ou ser credenciado por ele” – e as narrativas referenciais – articuladas “sempre a partir da ambição de dizer o real e, portanto, a partir da impossibilidade de assumir plenamente a sua perda” (CERTEAU, 2011, p. 48) – são sempre problemáticas e ineficientes. E isso porque há uma outra distinção que precisa ser posta no que diz respeito ao estatuto das narrativas referenciais, como o jornalismo: elas não se caracterizam apenas por algo de negativo em relação às narrativas ficcionais, mas também por sua relação com um determinado campo técnico especializado de saber. Isso significa dizer que é porque uma narrativa está apoiada em uma instituição social que possui seus critérios técnicos próprios de verificabilidade³, que ela pode outorgar a si mesma certa pretensão (de caráter imaginário) que a credencia a dizer algo do real.

Nesses termos, o discurso referencial é aquele que se distingue do ficcional não apenas a partir do par oposicional realidade/irrealidade, mas, sim, enquanto discurso tecnicamente armado para designar o erro – e afetado pelo privilégio suplementar de representar o real.

³ Entendido como aquilo que podem ser comprovado a partir de uma série de critérios delimitados pelo grupo profissional mais amplo.

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros:

entre a educação universitária e o mercado de trabalho

Essa constatação é importante na medida em que explicita que, no que diz respeito às narrativas referenciais, *são os procedimentos técnicos implicados em uma determinada prática que as autoriza a falar em nome do real*. Mais do que isso, é “ao estabelecer, *de acordo com seus próprios critérios*, o gesto que separa os dois discursos”, o ficcional do referencial, que determinada prática simbólica referencial “adquire seu crédito de uma relação com o real” (CERTEAU, 2011, p. 26).

E é justamente por esse motivo que, para Certeau, as instituições que se ocupam dos discursos referenciais não podem ser entendidas senão sob a égide de seu tripé constituidor: elas são compostas por um ‘lugar social’, uma ‘prática’ e uma ‘escrita’ que se sobredeterminam e, em conjunto, compõem o *savoir faire* de cada campo.

Como nos lembra Chartier (2010, p. 20), as diversas instituições encarregadas dos discursos referenciais “distribuem, de maneira variável conforme a época e o lugar, a hierarquia dos temas, das fontes e das obras”, organizando, com isso, convenções que traçam as fronteiras entre os objetos legítimos e ilegítimos de cada prática. Produzem e organizam, ainda, operações de conhecimento submetidas a técnicas de saber, critérios de validação e regimes de prova – que marcam, imaginariamente, a partilha entre as produções ‘verdadeiras’ e as ‘falsas’. Essa distinção marca o lugar social de uma determinada prática, legitimando-a frente a outras práticas simbólicas.

Como produto de um lugar – e, portanto, ligada a todos os problemas relacionados à formação dos grupos –, a atividade jornalística também segue os parâmetros próprios à profissão que são delimitados pelos outros jornalistas e que determinam uma série de procedimentos de trabalho validados, delimitando a partilha entre os métodos de apuração adequados e descreditados e, entre outros aspectos, as bases de julgamento sobre o que será considerada uma boa história.

Perpassando desde a delimitação das temáticas que serão privilegiadas enquanto pauta até os procedimentos e métodos de apuração, o preenchimento dos requisitos éticos ou mesmo o próprio trabalho de escrita, o aval do grupo formado pelos outros jornalistas é um dos elementos formadores

não só de uma identidade profissional, como também do sistema de referência que compõe a definição de um saber de um grupo.

É neste sentido que a institucionalização de uma profissão não a dota somente de certa estabilidade social, mas “ela a torna possível e, subrepticiamente, a determina” (CERTEAU, 2008, p. 70), na medida em que instaura os parâmetros de julgamento internos a esse grupo profissional. Trata-se de um rebatimento que está sempre posto entre o estatuto de uma prática e a sua situação social.

Esse ponto de vista deixa explícito o fato de que é impossível analisar o discurso de um grupo “independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente”. E, nesses termos, muito embora Certeau (2008, p. 70) esteja aqui se referindo ao trabalho do historiador, “é igualmente impossível sonhar com uma renovação da disciplina, assegurada pela única e exclusiva modificação de seus conceitos, sem que intervenha uma transformação das situações assentadas”.

Neste sentido, Fidalgo chama a atenção para as inúmeras tentativas históricas de delimitação do que poderia constituir a atividade jornalística e como essa se colocava em relação ao corpo social mais amplo. O esforço de diferenciação do jornalista – nos termos em que Bourdieu concebe esse conceito quanto às formas que delimitam ao jornalismo um espaço próprio e que o fazem tributário de uma lógica particular – se deu

em boa parte, pela negativa, chamando a atenção menos para aquilo que o jornalismo **era** e mais para o que ele **não era**: nem uma tribuna de propaganda política e proselitismo partidário, nem o espaço mais alargado (em termos de difusão pública) para os escritores interessados em publicar as suas crônicas ou os fascículos de seus romances. (FIDALGO, 2006, p. 67, grifos do autor).

Seguindo a argumentação de Certeau (2008, p. 72), a cada um desses ‘*não*’ que o jornalismo conheceu ao longo de sua história corresponde uma *polícia do trabalho* que liga a produção individual ao nós coletivo, “mesmo que a ideologia atomista de uma profissão liberal mantenha a ficção do sujeito autor e deixe acreditar que a pesquisa” (ou apuração) “individual constrói a história”, situando a atividade jornalística em um conjunto de práticas.

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros:

entre a educação universitária e o mercado de trabalho

Neste sentido, existem os procedimentos que são permitidos e os procedimentos que são negados, de forma que essa partilha é menos determinada pela qualidade em si das produções ou pela retidão dos procedimentos, do que pelo conjunto das regras internas do grupo que fazem com que o discurso de um determinado grupo profissional não seja compatível com qualquer coisa.

Um dos aspectos centrais apontados por Fidalgo (2006, p. 198) para a constituição do jornalismo enquanto profissão – e, portanto, de seu estatuto enquanto uma atividade socialmente reconhecida – foi a reivindicação de um *saber* próprio e interno ao grupo, tanto no nível teórico quanto, especialmente, no nível prático. E assim, mesmo nos tempos de recusa da formação específica em contextos formais – pois, como sabemos, durante muito tempo esse não foi um requisito necessário para a entrada na profissão de jornalista – o campo ainda delimita as suas fronteiras.

208

Esse saber de grupo pode ainda ser reivindicado se tomarmos como válida a noção de que o jornalista trabalha como uma espécie de ordenador e mediador do processo *evenemencial* nos termos propostos por Charaudeau (2006, p. 98) – como “a relação que se estabelece entre o que surge no mundo fenomenal e o trabalho de ordenamento de sentido ao qual se entrega o sujeito” – pois os modos propriamente jornalísticos de ordenação do acontecimento também dependem de um saber compartilhado entre os profissionais da área e que, portanto, fornecem as diretrizes e os parâmetros comuns a partir dos quais as histórias devem ser contadas. Esses próprios termos não são estanques, tendo as suas definições constantemente realocadas em função dos parâmetros norteadores da profissão em cada tempo e lugar.

Mais do que um mero pressuposto teórico, o fazer saber regulado pela prática profissional se articula como um ponto de sobrevivência, na medida em que está ligado ao

estabelecimento de um tendencial monopólio – em parte real, em parte simbólico – sobre um segmento fechado do mercado de trabalho, relativamente ao qual se controla o acesso, se estabelecem as normas, se regula o exercício e se garante o valor social, no

pressuposto da prestação de um serviço único e imprescindível à comunidade. (FIDALGO, 2006, p. 210).

Ou, em outros termos, trata-se de um mecanismo de delimitação de fronteiras entre os praticantes legítimos e os intrusos.

É em correlação a isso que podemos pensar o lugar da prática. Neste ponto, estamos lidando com a questão de que o jornalismo é mediado por um conjunto de técnicas de apuração que determinam a sua *expertise* e que formam os seus critérios próprios de verificabilidade. Este é um dos aspectos em que a influência do lugar social mais se faz sentir sem que ela necessite ser enunciada – as técnicas já carregam em si a marca do grupo social.

E isso no sentido de que “para escrever uma história, os jornalistas seguem uma sequência de decisões usando vários critérios para a seleção de eventos, regras e métodos para estabelecer os fatos necessários enquanto matéria-prima para a sua história, bem como aplicando certas regras para a sua apresentação” (HØYER apud FIDALGO, 2006, p. 233). E isso implica mesmo na assunção de determinadas técnicas de apuração bem demarcadas.

Como nos lembra Lage (2008, p. 9), “a reportagem como atividade” (e, mais do que isso, como conjunto de técnicas) “não existiu ou era irrelevante em 200 dos quase 400 anos da história da imprensa”. Procedimentos como a entrevista ou o calçamento em documentos que buscavam ancorar a referencialidade⁴ do dito são técnicas que foram paulatinamente adotadas ao longo do tempo e que influenciaram, de maneira decisiva, o próprio modo como os critérios de verificabilidade estavam articulados.

Foi de maneira lenta e irregular que “estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros [...] e que, nos casos controversos, ouvir porta-vozes dos diferentes interesses em jogo” (LAGE, 2008, p. 18), mudando a partilha dos saberes compartilhados pelo grupo.

⁴ O problema de definição que envolve o termo “narrativas referenciais” pode ser aludido a partir da própria noção de “referente”, uma vez que as especificidades destas estórias se ancoram, justamente, na sua pretensão de alusão a uma realidade extralinguística ou, nos termos adotados por Ricoeur (2010, p. 139), na reivindicação de uma referência que se inscreve na *empeiria* (εμπειρία), uma vez que o seu material de trabalho são os acontecimentos que efetivamente aconteceram.

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros:

entre a educação universitária e o mercado de trabalho

E é por isso que, para Certeau, antes de dizermos o que uma prática *diz* de uma sociedade, é necessário, antes, saber como ela *funciona* dentro dessa sociedade. Esse funcionamento deve ser aludido em termos da composição desse lugar social vinculado ao estabelecimento das práticas profissionais que criam os critérios de verificabilidade próprios de um grupo e o credenciam (imaginariamente) a dizer algo do real.

Ora, o ensino formal de Jornalismo, neste sentido, atua um papel fundamental na regulagem e definição dessas *leis do meio*, que garantem ao jornalismo uma legitimidade social e uma inserção específica e demarcada em relação aos outros profissionais da palavra. Não obstante isso, ele está longe de se compor enquanto a única instituição pressuposta nessa ordem de questões. O presente artigo busca avaliar, justamente, como esses valores que compõem o campo jornalístico sofrem a influência de outras esferas de sociabilidade, a partir das diferentes repostas dadas pelos estudantes de Jornalismo do FIAM-FAAM – Centro Universitário.

210 |

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos a partir de um questionário padrão respondido pelos estudantes entre outubro de 2011 e março de 2012.⁵ Os questionários foram aplicados em aula pelos integrantes do grupo de pesquisa e preenchidos pelos respondentes. O tempo médio de resposta foi de 20 minutos.

As questões trabalhadas neste artigo estão relacionadas com o perfil do aluno, o motivo da escolha pelo jornalismo enquanto profissão, os valores profissionais e os procedimentos de trabalho validados no campo da ética jornalística. Aos entrevistados foi solicitada a avaliação de um grupo de declarações a partir de uma escala de cinco níveis: 1- nada importante; 2- pouco importante; 3- indiferente; 4- importante; 5- muito importante. Ou, 1- discordo totalmente; 2- discordo; 3- não concordo nem discordo; 4- concordo; 5- concordo totalmente.

A pesquisa utilizou um questionário padrão de 32 perguntas (quantitativas e qualitativas) respondido por um total de 169 estudantes. A

⁵ No presente artigo, apresentamos um recorte das perguntas presentes em um questionário mais amplo, que possui um total de oito páginas. As perguntas utilizadas serão descritas no corpo do texto, conforme elas forem exploradas.

partir das respostas apresentadas, é possível apresentar alguns resultados e inferências.

O universo pesquisado abrangeu 63 mulheres e 104 homens. 41% dos respondentes têm entre 18 e 20 anos, 38% têm entre 21 e 25 anos, 13,5% têm entre 26 e 30 anos e, por fim, 7,5% têm 31 anos ou mais.

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos pais desses alunos, apenas 10% dos entrevistados possuíam ambos os pais com ensino em nível superior. Em 35,5% dos casos, apenas um dos pais havia concluído o ensino superior e, para 54,5% dos alunos, nenhum dos pais tinha ensino superior completo.

A maior parte dos alunos cursou o ensino médio em escolas públicas (55%). Além disso, 28% dos alunos que responderam à pesquisa já haviam feito outro curso de ensino superior antes de cursar Jornalismo.

A heterogeneidade do grupo permite que seja possível mapear como determinados fatores de sociabilidade externos ao ensino universitário influenciam nas respostas dadas pelos alunos a partir das discrepâncias obtidas em relação aos diferentes grupos composicionais.

3 AS DIFERENTES ESFERAS DE SOCIABILIDADE NA FORMAÇÃO ÉTICA DO ALUNO

No mapeamento realizado, as respostas obtidas foram cruzadas com os seguintes componentes formacionais: (1) entre os estudantes ingressantes e egressos; (2) entre os alunos do sexo feminino e do sexo masculino; (3) entre os estudantes que já atuam no mercado de trabalho em comunicação e os que ainda não exercem a atividade profissional; (4) entre os estudantes de diferentes posicionamentos políticos, a partir dos eixos já explicitados anteriormente.

O primeiro conjunto de questões avaliadas diz respeito à comparação entre homens e mulheres quanto à escolha da carreira jornalística.

Quanto a isso, 41% dos homens responderam que escolheram o jornalismo como profissão porque “é talentoso e/ou gosta de escrever”. Entre as meninas, essa resposta ficou em segundo lugar com 30% das repostas (perdendo para “porque eu gosto do jornalismo enquanto profissão”, com 47%).

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros:

entre a educação universitária e o mercado de trabalho

É possível notar, em um primeiro momento, que o jornalismo é visto por esses alunos enquanto profissão, de forma que os benefícios tangíveis da carreira (como salários, benefícios e prestígio social) ganharam primazia, em suas repostas, em relação aos aspectos deontológicos ou socialmente relevantes da prática jornalística. O salário é considerado “importante” ou “extremamente importante” para 85% dos homens e 87% das mulheres entrevistadas.

A possibilidade de o jornalismo ajudar pessoas obteve mais respostas positivas entre os homens: entre os respondentes 46% deles consideram esse um aspecto muito importante, enquanto 41% das mulheres consideraram o mesmo.

Não obstante isso, o jornalismo ainda é visto como uma profissão de prestígio: para 44% das mulheres e 48% dos homens esse foi um aspecto considerado “muito importante” para a escolha da profissão. Além disso, 49% dos homens e 52% das mulheres concordam fortemente que o jornalismo é um trabalho essencial para a sociedade.

212 |

Muito embora seja possível mapear pequenas diferenças percentuais entre as respostas de homens e mulheres, de uma maneira geral, é possível observar que essas diferenças são muito pequenas, de forma que as respostas obtidas não diferiram significativamente nesses dois grupos. O gênero, portanto, não parece constituir um campo de distinção na formação dos valores profissionais.

Outra esfera avaliada, diz respeito às diferenças de respostas entre os alunos ingressantes e os alunos que estão prestes a se formar.

Em relação ao salário, é possível observar que ele cresce de importância conforme o aluno avança no curso. Enquanto 18% dos alunos de primeiro ano e 13% dos alunos do segundo consideram o salário “extremamente importante”, esse número cresce para 25% quando os respondentes estão no terceiro ou quarto ano do curso.

A política editorial de um periódico parece ser considerada enquanto um fator decisivo para a escolha em se trabalhar em uma determinada redação apenas para os alunos ingressantes. Neste quesito, enquanto 40% dos alunos

de primeiro ano responderam que se trata de algo “extremamente importante”, apenas 24% dos alunos de segundo ano, 32% de terceiro e 29% de quarto ano responderam desta forma.

A crença de que “existem princípios éticos tão importantes que devem ser seguidos por todos os jornalistas independentemente da situação ou do contexto” também é uma afirmação que encontra maior permeabilidade entre alunos de primeiro ano: 54% deles concordam fortemente com essa afirmação. Entre os alunos dos outros anos, esse índice é menor (47% no segundo ano, 48% no terceiro ano), chegando a 20% no quarto ano da graduação.

Da mesma forma, a afirmação de que “os jornalistas deveriam sempre evitar métodos questionáveis de apuração, independentemente da situação ou do contexto” encontra maior acolhida entre os ingressantes, com 24% de respostas que afirmando que “concordavam fortemente” com essa ideia. Entre os alunos de segundo ano, esse índice cai para 7,5% e, para os de terceiro e quarto, ele fica em torno de 12%.

Inversamente, a afirmação de que “existem situações em que o prejuízo é justificável, caso os resultados da notícia produzam um bem maior” encontra maior receptividade junto aos alunos mais avançados no curso. Enquanto apenas 16% dos alunos de primeiro e de segundo ano “concordam fortemente com essa afirmação”, esse número cresce para 22% dos alunos do terceiro ano e 25% dos alunos do quarto ano.

Diferentemente da questão de gênero, é possível mapear que as opiniões dos alunos variam de forma mais acentuada conforme eles avançam no curso. É necessário, portanto, investigarmos possíveis causas desse comportamento.

Uma primeira hipótese a ser seguida, diz respeito ao posicionamento político que os alunos se auto-atribuem.⁶ Em uma escala em que o número 1 representa a extrema esquerda, o número 7 a extrema direita e o número 4 o centro, obteve-se que 2,3% dos alunos marcaram a opção 1; 4,7 marcaram a opção 2; 9,4% marcaram 3; 26% marcaram 4 (centro); 11% a opção 5; 5,9

⁶ Como se trata de uma auto-atribuição, o questionário não explica os conceitos de direita e esquerda. Isso se justifica na medida em que a avaliação trabalha com o imaginário político dos alunos (e não com conceitos previamente fixados) e tenta mapear em qual espectro desse imaginário eles consideram estar inseridos.

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros:

entre a educação universitária e o mercado de trabalho

marcaram 6; e, por fim, 2,3% marcaram 7. Os demais alunos não responderam a essa pergunta.

Entre os alunos de esquerda (opções 1, 2 e 3) apenas 25% responderam que “a possibilidade de influenciar nos assuntos públicos” foi determinante para a escolha da profissão. Esse número é ligeiramente maior entre os alunos que se disseram de direita (opções 5, 6 e 7), com 32% das respostas.

Sobre a afirmativa de que uma das funções do jornalismo é “proporcionar entretenimento e lazer”, 20% dos entrevistados de direita “concordam fortemente” com essa afirmação, enquanto apenas 10,7% dos entrevistados de esquerda responderam da mesma forma.

Que o jornalismo deva “dar ao público ajuda concreta na resolução dos problemas do cotidiano” é um item que foi avaliado como “muito importante” para 35% dos alunos de esquerda e apenas por 23% dos alunos de direita, mostrando uma distância significativa quanto a esse aspecto.

214 |

A possibilidade de o jornalismo levar a modificações sociais, contudo, parece ter a mesma importância para os dois grupos políticos: 35% dos entrevistados (tanto de direita quanto de esquerda) consideraram esse aspecto “extremamente importante”. A função do jornalismo enquanto promotor da democracia também encontra acolhida entre os dois grupos: 42% dos alunos de esquerda e 38% dos alunos de direita consideram essa função “extremamente importante”.

A questão salarial também foi um fator decisivo para a escolha da profissão para os dois grupos: 82% dos alunos de esquerda e 85% dos alunos de direita consideraram esse fator “importante” ou “extremamente importante”.

Embora seja possível mapear algumas diferenças sutis quando avaliamos o posicionamento político dos alunos, é possível notar, contudo, que a maior diferença das opiniões se encontra em um outro conjunto: aquele composto entre os alunos que nunca trabalharam na área e aqueles que já exercem algum tipo de atividade remunerada no campo comunicacional.

Se os dados mostrados até aqui mostram claramente uma hierarquização de valores, é possível entrever como isso se manifesta no campo das práticas.

No quadro abaixo, há a descrição de métodos de apuração que os estudantes de jornalismo consideram válidos ou não, entre todos os alunos entrevistados:

TABELA 1 – AVALIAÇÃO DA VALIDADE DOS MÉTODOS DE APURAÇÃO

	DEPENDE DA OCASIÃO	NÃO TEM CERTEZA	NÃO APROVAM
Pagar pessoas para conseguir informações	34%	18%	46%
Utilizar documentos confidenciais de governos/empresas sem autorização	41%	18%	39%
Se fazer passar por outra pessoa	49%	14%	34%
Não respeitar o sigilo da fonte	6,5%	12%	75%
Pressionar e vigiar fontes que não estejam dispostas a falar	25%	21%	51%
Utilizar documentos pessoais, como cartas e fotografias, sem permissão	22%	21%	54%
Utilizar microfones ou câmeras ocultos	72%	14%	12%

Fonte: As autoras

Os dados da tabela mostram que, enquanto a maior parte dos alunos acha aceitável enquanto práticas de apuração o uso de documentos confidenciais de governos e empresas sem autorização, a utilização de câmeras e microfones ocultos e o fazer-se passar por outra pessoa; outras práticas são consideradas não validadas, como o pagamento de pessoas para a obtenção de informação, o desrespeito ao sigilo da fonte, a pressão sobre pessoas não dispostas a fornecer informação ou a utilização de documentos pessoais (como cartas e fotografias) sem permissão.

Há, no entanto, uma pequena diferença nesses números quando avaliamos os estudantes de acordo com a sua inserção no mercado profissional. Dos alunos entrevistados, 40,8% afirmaram que já exerceram alguma atividade profissional na área jornalística.

Sobre o tema “pagar pessoas para conseguir informações”, 36% dos alunos que já trabalharam na área concordam dependendo da ocasião com

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros:

entre a educação universitária e o mercado de trabalho

essa prática enquanto 43% não concordam. Para os que ainda não trabalham, esses números são, respectivamente, 39% e 54%.

A utilização da câmera escondida é aprovada por 46% dos alunos que trabalham e 42% dos que não trabalham. Ela é reprovada por esses grupos em uma taxa de, respectivamente, 38% e 44% dos alunos. Se fazer passar por outra pessoa é uma prática aprovada por 56% dos alunos que trabalham e reprovada por 26%. Entre os alunos que não trabalham, essa taxa é de 51% e 44%. Embora entre essas questões as porcentagens sejam bastante parecidas, é possível notar que em outras as discrepâncias são bem maiores, conforme mostraremos a seguir.

Entre os alunos que trabalham, as respostas para as demais perguntas podem ser consultadas no quadro abaixo:

TABELA 2 – AVALIAÇÃO DOS ALUNOS QUE TRABALHAM QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO VALIDADOS

	DEPENDE DA OCASIÃO	NÃO TEM CERTEZA	NÃO APROVAM
Não respeitar o sigilo da fonte	10%	15%	69%
Pressionar e vigiar fontes que não estejam dispostas a falar	27,6%	27%	44%
Utilizar documentos pessoais, como cartas e fotografias, sem permissão	30,7%	20%	49%

Fonte: As autoras

A seguir, as respostas dos alunos que não trabalham:

TABELA 3 – AVALIAÇÃO DOS ALUNOS QUE NÃO TRABALHAM QUANTO AOS PROCEDIMENTOS DE TRABALHO VALIDADOS

	DEPENDE DA OCASIÃO	NÃO TEM CERTEZA	NÃO APROVAM
Não respeitar o sigilo da fonte	5,4%	12%	90%
Pressionar e vigiar fontes que não estejam dispostas a falar	26%	21,7%	63%
Utilizar documentos pessoais, como cartas e fotografias, sem permissão	18%	23%	65%

Fonte: As autoras

De todos os segmentos pesquisados, o exercício ou não de atividade profissional na área parece ser o elemento que mais diferencia os posicionamentos obtidos nas respostas dos entrevistados. Dentre os cruzamentos de dados realizados, portanto, é a participação no mercado de trabalho que se mostra como uma variável central na formação dos valores profissionais desses estudantes. Uma vez isso posto, se as faculdades de Jornalismo tiverem como objetivo um papel maior na formação dos valores profissionais e éticos dos jovens jornalistas, se torna urgente o reposicionamento do papel das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há fala que não seja determinada pelo lugar social de seu pronunciamento, o que implica no reconhecimento, aludido por Certeau, de que para ser acreditado, ou seja, aceito como válido pelo grupo, todo discurso precisa estar vinculado ao “estatuto dos indivíduos que tem – e somente eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante” (CERTEAU, 2008, p. 72). Em outros termos, à toda produção textual individual corresponde sempre a validação de um *nós coletivo* que fornece regras e leis de um meio circunscrito por determinações e imposições próprias, bem como por sistemas complexos de privilégios, obrigações e hierarquias.

E, em termos gerais, isso significa, adaptando a notação de Certeau, que a *mise-en-scène* escriturária trazida pelo jornalismo enquanto representação dos fatos do cotidiano não pode ser considerada jornalística a menos que esta se articule a um lugar social ligado às práticas profissionais (e seus mecanismos de legitimação) e esteja institucional e tecnicamente vinculada a um saber prático específico que delimita modos de ação e uma *expertise* técnica a partir de critérios próprios de verificabilidade – condições estas que são historicamente marcadas e percíveis.

A partir desses parâmetros, portanto, as modificações sempre tão buscadas no fazer jornalístico também dependem de rearticulações internas ao

Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros:


entre a educação universitária e o mercado de trabalho

grupo no que tange à hierarquia de valores e aos padrões de julgamento, de forma que as mudanças na atividade prática do jornalismo dependem de rearticulações desse lugar social.

Ora, se pensados a partir dessa perspectiva, os dados obtidos a partir dessa pesquisa mostram como é o campo profissional que tem se constituído como uma das principais esferas da consolidação dos valores profissionais e, portanto, desse conjunto de relações. O papel da universidade enquanto campo de inovações técnicas e profissionais, sob essa perspectiva, tem sido eclipsado a partir da influência majoritária do mercado de trabalho na formação dos valores profissionais e éticos dos estudantes de jornalismo.

São justamente as atividades de pesquisa e de extensão que contém a possibilidade de se constituírem como fatores de atração para os alunos, a partir de projetos que estimulem o seu envolvimento no ambiente universitário. Ensino, pesquisa e extensão não podem ser consideradas atividades centradas em si mesmas. Pelo contrário, a formação superior pressupõe a síntese de três grandes processos, conforme Martins (2013, p. 5, grifos do autor):

[os] processos de transmissão e apropriação do saber historicamente sistematizado, **a pressupor o ensino**; processos de construção do saber, **a pressupor a pesquisa** e os processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, **a pressupor a intervenção na realidade**, e que por sua vez retornam numa dinâmica de retroalimentação do ensino e da pesquisa.

Se a pesquisa e o ensino permitem a compreensão da realidade, a extensão permite a possibilidade de transformá-la, desencadeando uma transformação do real que acentua o caráter pedagógico na construção de profissionais críticos e participantes. Se estivermos focados apenas no ensino, estaremos abrindo mão de nossa participação nas futuras mudanças nos pressupostos éticos e profissionais de nossos alunos. 

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FIDALGO, Joaquim Manuel Martins. **O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**. 2006, 652 f. Tese (Jornalismo) – Universidade do Minho, Braga, 2006.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MARTINS, Lígia Márcia. **Ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade**. Disponível em: <http://www.umcpos.com.br/centraldoaluno/arquivos/16_09_2011_134/Ensino_pesquisa_a_extensao_como_fundamento_metodologico_da_construcao_do_conhecimento_na_universidade.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** – Volume 1 – A Intriga e a Narrativa Histórica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

UNESCO. **Modelo Curricular para o Ensino de Jornalismo**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001512/151209por.pdf>>. Acesso em: 30/03/2013.